

A IMPRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO NO DISCURSO DA REVISTA THE ECONOMIST: UMA ANÁLISE DIALÓGICA¹

Angela Maria Rubel Fanini²
Erike Luiz Vieira Feitosa³

RESUMO

Este artigo consiste em uma Análise Dialógica do Discurso (ADD) de viés bakhtiniano que tem por objeto uma reportagem publicada pela revista britânica *The Economist* em 2014 sobre a suposta improdutividade do trabalhador brasileiro. O estudo apresenta conceitos e princípios epistemológicos que fundamentam a abordagem teórico-metodológica e possibilitam a investigação do posicionamento axiológico da revista. Identifica que, orientada pelas premissas macroeconômicas da ideologia neoliberal, a publicação recorre a um estereótipo de longa duração que corresponde à imagem do brasileiro culturalmente preguiçoso, pouco afeito ao trabalho, ideia utilizada para justificar a defesa de que o país precisava, naquele momento, reaproximar-se, política e economicamente, do neoliberalismo, abandonando a heterodoxia keynesiana. Aponta que a revista oblitera as consequências sociais da racionalidade econômica-expansionista e reifica o trabalhador brasileiro, tratando a sua produtividade no trabalho, considerada baixa, como uma questão patológica, sendo a prescrição de medidas liberalizantes a cura para a doença do país e do trabalhador. O artigo conclui que esse discurso interfere na constituição de uma consciência de si dos brasileiros, bem como na imagem que os outros (o mundo) têm deles (de nós).

Palavras-chave: Neoliberalismo e keynesianismo. Trabalhador brasileiro. Trabalhador improdutivo. Análise dialógica de discursos jornalísticos.

¹ Trabalho inscrito para o GT Comunicação e Sociedade, do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação – ENPECOM.

² Doutora em Teoria Literária e Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE). Email: rubel@utfpr.edu.br. Bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq).

³ Mestrando do PPGTE/UTFPR – Linha de Pesquisa Tecnologia e Trabalho. Jornalista do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Email: erik.feitosa@ifpr.edu.br. Bolsista CAPES.

1. INTRODUÇÃO

Em 2014, a revista britânica *The Economist* publicou reportagem que classifica o trabalhador brasileiro de “gloriosamente improdutivo”. Provocador, o texto tenta provar que o próprio país seria improdutivo e que, para a economia crescer, os trabalhadores devem abandonar o estado de “estupor”⁴. Com um tom salientemente colonizador, afirma que o Brasil precisa abandonar a política intervencionista e retornar às premissas macroeconômicas neoliberais.

A estereotipagem insinua que o brasileiro não gosta de trabalhar, é preguiçoso, malandro, incapaz, entre outros adjetivos que continuam a ser usados de maneira derrisória. Filiada a um discurso de longa data, essa concepção influencia enunciações sobre a brasilidade em diferentes contextos socioculturais. Nesse sentido, é relevante conhecer sua arquitetura e a orientação, intento buscado, neste artigo, por meio da Análise Dialógica do Discurso (ADD).

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para Bakhtin e o Círculo⁵, a linguagem é central e indissolúvel da língua, da história e da concretude da existência imediata dos sujeitos. Mais do que isso, é situada no campo da vida: ser é comunicar-se, por meio do diálogo, com outrem (BAKHTIN, 2013, p. 293). Essa alteridade é um princípio fundante do pensamento bakhtiniano, sendo o dialogismo outra premissa essencial. Articulados, esses dois princípios embasam uma percepção das relações sociais que destaca a comunicação ativa de um “eu” com um “outro”, estruturando um arcabouço teórico-metodológico que extrapola os limites dos estudos linguísticos e literários e possibilita aplicações e leituras nos mais diferentes campos das Ciências Humanas.

2.1 PALAVRA E IDEOLOGIA

⁴ Estupor”, ao lado de “sonolência” e “coma”, correspondem ao código R40 da Classificação Internacional de Doenças (CID).

⁵ Grupo de intelectuais que, com Bakhtin, entre as décadas de 1920 e 1970, na extinta URSS, participaram de círculos de discussão sobre linguagem e temas correlatos.

Para Bakhtin, há ideologia em tudo o que pensamos ou dizemos. Sendo o signo mais puro que existe, a própria palavra é repleta de ideologia, na medida em que, utilizada por diferentes sujeitos, adquire novos sentidos e orientações no convívio social. Um signo possui um significado e remete a algo situado fora de si. O mesmo ocorre com o que é ideológico. Assim, tudo que é ideológico é semiótico, de modo que os signos são pressupostos da ideologia, ou seja, qualquer signo que entre na corrente contínua e infinita da comunicação interpessoal, torna-se ideológico. Aqui, a ideologia não é concebida a partir de relações do tipo verdade-mentira, tese-antítese, tal qual preconcebe a corrente mais mecanicista do Marxismo. Ideologia é o embate entre sujeitos diferentes, que compartilham e utilizam os mesmos signos, dando a eles, no contato linguageiro do cotidiano, diferentes sentidos. A própria consciência surge e se afirma mediante a encarnação material em signos, pois a compreensão de algo é uma resposta a um signo por meio de outros signos, ou seja, a consciência individual é, por definição, semiótica, e, portanto, ideológica (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014).

A palavra, por sua vez, possui caráter ubíquo. Está presente tanto na infraestrutura quanto nas superestruturas sociais. Está em tudo, em todas as dimensões humanas e, portanto, em todas as relações sociais. A mesma expressão, como, por exemplo, “trabalhador”, uma das que mais interessa a este artigo, é um signo que assume diferentes valores semióticos de acordo com o campo ideológico, posicionamento dos interlocutores e contexto social. Do ponto de vista do capital, pode remeter a aspectos que dizem respeito a custos, controle da produção e lucratividade. Para quem não possui os meios de produção, tende a refletir e refratar uma realidade imediata bastante familiar, remetendo a valores que discutem dignidade, honra, etc.

2.2 ENUNCIADO E DIÁLOGO

BAKHTIN (2011) postula que a unidade básica da comunicação discursiva é o enunciado, afastando esse conceito de uma visão puramente linguístico-gramatical: dotado de um potencial imanentemente responsivo, o enunciado caracteriza-se por possuir uma capacidade de impelir o interlocutor a um agir reativo, incitando-o à produção de novos enunciados. Por outro lado, a oração, considerada pelo Círculo como a unidade básica da língua, não carrega o mesmo potencial dialógico, mas a partir do momento em que o conjunto de palavras de uma oração desperta no interlocutor a necessidade de novas enunciações, ela deixa de ter valor meramente gramatical para assumir um sentido, transformar-se em

enunciado, ou seja, a enunciação pressupõe a existência de outra pessoa ou outras pessoas, bem como a alternância entre os sujeitos do discurso.

Também é por meio de enunciados que o “outro” se faz presente no “eu”. A experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com enunciados de outrem. Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados, é pleno de palavras dos outros, que trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo, que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Um enunciado sempre têm autor e destinatário (auditório social), sendo esse endereçamento outra peculiaridade constitutiva de cada enunciação (Ibid., p. 305). Tudo o que é dito, escrito, composto ou produzido o é para alguém, às vezes até mesmo para o próprio enunciator (discurso interno), tendo em vista que a alteridade é verificável também no próprio sujeito – no vasto campo da língua viva, o “eu” pode ser “outro” para si.

O diálogo é outro conceito sem o qual não se pode compreender, por completo, a noção de enunciado, tendo em vista que ambos são interdependentes. Mais que um postulado retórico, o diálogo, para o Círculo, assume caráter axiológico, epistemológico e metodológico, além de poder ser entendido como um posicionamento ético e político.

No âmbito do pensamento bakhtiniano, a noção de dialogismo pressupõe não só a existência de outrem com o qual se trava o ato comunicativo, mas parte da premissa de que todos os interlocutores podem tanto falar quanto ouvir, dialogando por meio de vozes isônomas e imiscíveis (BAKHTIN, 2013). Por isso, para Bakhtin, o diálogo deve ser considerado em sentido amplo: pode e deve ser alargado para todos os campos da linguagem.

2.3 POLIFONIA E MONOLOGISMO

O modelo ideal de sociabilidade para o pensamento bakhtiniano, na representação artística e também na vida cotidiana, preserva as subjetividades e garante o diálogo. Esse modelo foi contemplado por Bakhtin na análise da obra de Dostoiévski, criador de um tipo totalmente novo de pensamento artístico. Bakhtin vê polifonia nas diferentes relações entre as personagens dostoiévskianas, pois no romance polifônico de Dostoiévski o autor é interlocutor (e não senhor) de seus personagens, mantendo com eles condição de isonomia, sem, no entanto, misturar-se ou interferir sobre eles. A condição de igualdade entre as vozes dos interlocutores é a essência da polifonia, forma de organização dos relacionamentos interpessoais que não oblitera a ação e o pensamento dos sujeitos, combinando diferentes vontades (BAKHTIN, 2013).

A polifonia não exige, necessariamente, convergência. Dar a voz ao outro não é o mesmo que concordar com ele de antemão, mas lhe garantir o direito à fala. Ela aceita diferenças, busca a diversidade, a pluralidade, o caráter plenivalente da linguagem e da vida concreta: propicia as condições para que haja diálogo. Desse mirante epistemológico, a vida é um diálogo inconcluso em que sempre haverá embate.

Inspirado em Dostoiévski, Bakhtin tende a refutar qualquer tipo de fechamento, acabamento de uma personagem por seu autor, de um sujeito pelo outro, de uma consciência por outra – ou no caso do objeto deste artigo, de um jornalista por seus entrevistados, de um meio de comunicação por uma coletividade. A palavra definitiva sobre o outro não pode existir, pois a finalização estética (e ética) de outrem é um ato autoritário, monológico. Para BAKHTIN, “[...] monologismo é a negação da isonomia entre as consciências em relação à verdade (compreendida de maneira abstrata e sistêmica)” (BAKHTIN, 2011, p. 339). É o plano de uma consciência só:

O monologismo nega ao extremo, fora de si, a existência de outra consciência isônoma e isônoma-responsiva, de outro eu (tu) isônimo. No enfoque monológico (em forma extrema ou pura), o outro permanece inteiramente apenas objeto da consciência e não outra consciência. Dele não se espera uma resposta que possa modificar tudo no mundo da minha consciência. O monólogo é concluído e surdo à resposta do outro, não o espera e nem reconhece nele força decisiva. Passa sem o outro e por isso, em certa medida, reifica toda a realidade. Pretende ser a última palavra. Fecha o mundo representado e os homens representados (BAKHTIN, 2011, p. 348).

O pensamento bakhtiniano não aceita a transformação do homem, sujeito dotado de vida, em objeto mudo de um conhecimento conclusivo à revelia: “No homem, sempre há algo, algo que só ele mesmo pode descobrir no ato livre da autoconsciência e do discurso, algo que não está sujeito a uma definição à revelia, exteriorizante” (Ibid, p. 66).

2.4 IMAGEM EXTERNA

Com relação a um outro, objeto de criação ou de representação estética, o observador possui excedente de visão. Por estar em posição diferente, fora dele, pode ver elementos que o outro é incapaz de perceber. Ao retratá-lo, o observador, inscreve-se em uma situação ética (BAKHTIN, 2011). Da mesma forma que o outro é compreendido por mim, a compreensão do eu só pode ocorrer por meio e no outro. Isso equivale a dizer que o “eu” não tem uma impressão exclusiva e única da sua própria imagem e que esta depende da valoração que é dada por outrem, pois o eu não vê a si mesmo, vivencia-se por dentro e convive com o

resultado da impressão de sua imagem causada no outro. A relação do indivíduo com a própria imagem externa diz respeito ao seu eventual efeito sobre observadores imediatos, isto é, “nós a avaliamos não para nós mesmos, mas para os outros e através dos outros” (Ibid. p. 31). Por esse motivo, o que é dito pelos outros a nosso respeito nos interessa, pois ao não termos a capacidade estética de nos compreender, por não termos excedente de visão com relação nós mesmos, buscamos encontrar em outrem uma posição axiológica em relação a nós mesmos.

3. ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO (ADD)

A ADD está entrelaçada a uma relação indissolúvel entre língua, linguagens e história. Assim, esse tipo de pesquisa se constitui em lugar de produção de conhecimento de forma comprometida, pressupondo uma concepção apoiada nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados (BRAIT, 2014, p. 10). Os objetos de estudo não são textos vistos como sistemas em si, mas os sentidos que adquirem quando são considerados os seus aspectos extralinguísticos, quando são convertidos em enunciado, em suma, quando ganham destaque as relações dialógicas. Na perspectiva da ADD, não há categorias a priori, aplicáveis de forma mecânica. São as relações presentes nos discursos que possibilitam o surgimento de categorias e estratégias analíticas. Tendo como sua unidade básica o enunciado, ela confronta os diversos signos presentes no *corpus* da pesquisa com outros enunciados pertinentes. Do embate discursivo não se espera alcançar uma síntese obrigatória, mas a exposição das posições axiológicas dos interlocutores. O objetivo primário é o embate de vozes que, anseia-se, sejam isônomas e imiscíveis. Nas intersecções entre tempo e espaço, o eu e o outro estão situados em determinados contextos sociais, são sujeitos de diferentes dimensões extralinguísticas que não podem ser desconsideradas em uma análise discursiva.

3.1 THE ECONOMIST

The Economist foi fundada em Londres, no ano de 1843, por um fabricante de chapéus escocês chamado James Wilson. Com o intuito de influenciar homens de negócios, seu objetivo inicial era abordar assuntos políticos e comerciais relacionados à agricultura e ao livre comércio (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). Apesar do nome sugerir um olhar restrito a questões econômicas, a revista publica informações sobre uma vasta gama

de assuntos, como ciência, artes e comportamento. Ela é o principal produto do *The Economist Group* – que se apresenta como a “principal fonte de análise de negócios e assuntos internacionais” (THE ECONOMIST GROUP, 2015).

O periódico percebe a conjuntura mundial pelas lentes do liberalismo econômico aliado a um notável pragmatismo político. Já apoiou abertamente conservadores, como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, e trabalhistas ou democratas, como Harold Wilson, Bill Clinton e Barack Obama (OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010). “Mais que ‘pró-business’, pois, segundo seu editor, não trata os homens de negócios com a idolatria de outras publicações, é a favor do capitalismo” (MOLINA, 2013). No que tange a questões socioculturais, declara-se favorável à descriminalização das drogas e é antimonárquica. Também defende o fim da pena de morte, a realização de uma reforma penal inglesa, o controle de armas e o casamento homossexual (MICKLEITHWAIT, apud OBERHOLZER-GEE; ANAND; GOMEZ, 2010).

Os seus textos não são assinados, o que permite que responda institucionalmente pelas análises que publica. Todo o conteúdo é discutido em reuniões periódicas entre os integrantes da redação (MOLINA, 2013). De forma geral, seus artigos-reportagens são conhecidos por manter um estilo com argumentação clara e direta. As capas são provocantes. Há menos preocupação com o “furo”, a notícia exclusiva, do que em mostrar tendências e fazer análise (Ibid.). A língua utilizada é o inglês e todas as semanas o mesmo conteúdo é oferecido a leitores do mundo todo.

Seu interesse pelo Brasil transcende os aspectos relacionados ao mercado editorial, pois é com frequência considerável que o país se torna objeto de análise, principalmente em momentos de tensões ou mudanças no campo da economia globalizada, como, por exemplo, já em 1843. Principal artigo da primeira edição, “*Our Expiring Commercial Treaty with the Brazils*” (THE ECONOMIST, 1843) mostrava a conveniência de abrir o mercado britânico para o Brasil.

Nos últimos anos, dado o crescimento da relevância do Brasil no cenário econômico internacional, a cobertura sobre o país se intensificou. Em 2009, afirmou que o Brasil teria, finalmente, “decolado” (THE ECONOMIST, 2009). Quatro anos depois, abordou os motivos pelos quais a esperada decolagem não teria passado de um risível “voo de galinha” (THE ECONOMIST, 2013). O periódico chegou a pedir a demissão do então ministro da fazenda brasileiro, o economista keynesiano Guido Mantega (THE ECONOMIST, 2012), mas seu pragmatismo político em assuntos relacionados ao Brasil atingiu o ápice na semana que antecedeu a votação do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, quando,

abertamente, declarou apoio ao candidato Aécio Neves (PSDB) (THE ECONOMIST, 2014 b). Após as eleições, comentando a quarta vitória petista em eleições presidenciais, retratou um país dividido, classificou o discurso da presidente reeleita – baseado em três palavras-chave, unidade, diálogo, consenso – de “arrogante” e, novamente, saiu em defesa de Aécio Neves, reiterando que, apesar de derrotado nas urnas, ele era a “melhor escolha” e que, se a presidente quisesse tirar o país da ameaça de estagnação, precisaria adotar as ideias econômicas defendidas por ele (THE ECONOMIST, 2014 c).

De forma geral, dos enunciados publicados por *The Economist* emerge um discurso que eleva as relações econômicas ao patamar de principal aspecto da vida humana. Progressista com relação às superestruturas e conservadora no que tange aos pilares infraestruturais da sociedade capitalista, tende a refutar qualquer enunciação que contrarie as máximas do neoliberalismo.

3.1.1 Sono patológico: o diagnóstico

“A soneca de 50 anos” (THE ECONOMIST, 2014 a) foi publicada em 19 de abril de 2014. O chapéu que abre a reportagem contém os dizeres “Economia do Brasil”, indicando o tema a ser abordado. O subtítulo diz que “os trabalhadores brasileiros são gloriosamente improdutivos” e que “para que a economia cresça, eles devem acordar deste estado de estupor”. Como é tradição na revista, o artigo não é assinado. Compõe a apresentação do conteúdo a imagem (FIGURA 1) de um homem confortavelmente deitado em uma rede, em uma bela praia, aparentemente desocupada.

Percebe-se que a utilização do adjetivo “glorioso” não foi em vão. A pompa do termo dialoga com a arquitetura visual da fotografia, pois os signos e as cores presentes na imagem remetem instantaneamente não apenas a uma noção de brasilidade, mas também ao próprio país, a começar pelas cores. A disposição dos elementos da imagem redesenha a nossa bandeira: o círculo azul (água); o retângulo verde (mata) e o losango amarelo (rede de dormir). A associação com a brasilidade e com o local do qual se fala é ainda mais exata quando se vê a personagem vestida de Brasil, da sunga azul à bandeira estampada no chapéu que a protege do sol. A pessoa retratada é brasileira e está no Brasil. E está como? Descansando, gastando o tempo, não trabalhando. Este seria, portanto, o lugar da beleza natural e da ausência de trabalho, da improdutividade. Fica dado, de antemão, o problema a ser enfrentado: “para que a economia cresça, eles devem sair deste estado de estupor”.

The
Economist

Brazil's economy

The 50-year snooze

Brazilian workers are gloriously unproductive. For the economy to grow, they must snap out of their stupor

Apr 19th 2014 | SÃO PAULO | From the print edition

PECKISH revellers at Lollapalooza, a big music festival in São Paulo earlier this month, were in for a treat. In contrast to past years' menus of reheated hamburgers, they could plump for pulled pork, barbecue ribs or corn on the cob, courtesy of BOS BBQ, a Texan eatery in the city. More surprising than the fare, however, was the pace at which BOS's two tents dished it out. Over the course of two days the booths, each manned by six people, served 12,000 portions, or more than one every 15 seconds, boasts Blake Watkins, who runs the restaurant. Such efficiency is as



FIGURA 1 – VERSÃO ONLINE DA REPORTAGEM “A SONECA DE 50 ANOS”.

FONTE: THE ECONOMIST (2014 a).

O uso da palavra “estupor”⁶ sugere que o estado de letargia é maior do que a palavra “soneca”, presente no título, indicava. Mais do que uma marca cultural da brasilidade, tal improdutividade poderia ser sintoma de algo mais sério, como uma doença.

3.1.2 A doença e o(s) doente(s)

O primeiro parágrafo exalta a eficiência do empreendedorismo estrangeiro em contraste com a ineficiência dos serviços no Brasil. O narrador está no *Lollapalooza*, grande festival de música realizado em São Paulo em abril de 2014. Os visitantes tinham à sua disposição alguns restaurantes brasileiros, mas havia uma novidade, o restaurante texano BOS. O preço baixo da comida é surpreendente, de acordo com o texto, mas mais surpreendente ainda é o ritmo de atendimento. “Em dois dias teriam sido servidas 12 mil porções, ou mais de uma a cada 15 segundos, vangloria-se Blake Watkins, que administra o

⁶ Na medicina, estupor é o estado mórbido em que o doente, apesar de consciente, não reage a estímulos externos, permanecendo imóvel, aparentemente sem sensibilidade. “O estupor é uma falta profunda de resposta caracterizada por somente se conseguir despertar a pessoa durante um período breve de tempo e só com uma estimulação enérgica e repetida, como safanões, gritos, beliscões ou picadas” (MANUAL MERCK, 2002).

restaurante” (THE ECONOMIST, 2014 *a*). O repórter adiciona que “tal eficiência é tão bem vinda quanto incomum”, para logo em seguida contar que os estandes vizinhos demoravam de dois a três minutos para servir os clientes, o que estaria ocasionando longas filas. Fica evidente a opinião do autor de que o restaurante estrangeiro é eficiente e os demais, brasileiros, não: o BOS serve comida mais barata, melhor, e em um tempo menor, ao passo em que os restaurantes nacionais possuem os mesmos “hambúrgueres requeijados dos anos anteriores”.

O senhor Watkins corrobora a tese da ineficiência generalizada: “Desde o momento em que você aterrissa no Brasil, você começa a perder tempo”, afirma o administrador do restaurante, que está no Brasil há três anos. Ele almejava ter pelo menos 20 trabalhadores temporários no evento. Contratou 20, mas só a metade apareceu. Os brasileiros, então, seriam pessoas que não gostam de trabalhar.

Indica a reportagem que o descompromisso com o trabalho se estende à iniciativa privada. Uma nova personagem é chamada a dar o seu depoimento: Lu Bonometti, dona de uma loja de biscoitos que precisou consertar a placa de identificação do empreendimento. Nenhuma das quatro empresas que chamou para fazer o serviço a atendeu. Assim, até os empresários (representados pelas empresas que não atenderam ao chamado) não teriam esmero com o trabalho e com a produção. Essa ideia é reforçada quando o narrador afirma que “poucas culturas oferecem receita melhor para aproveitar a vida” e que “a noção de custo de oportunidade⁷ parece perdida na maioria dos brasileiros” (Ibid).

No terceiro parágrafo, a noção de preguiça como matriz cultural reaparece, dessa vez na voz de Regis Bonelli, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O recorte de sua fala enuncia que a recorrência de problemas como filas, engarrafamentos, prazos não cumpridos entre outros fatores semelhantes, anestesiaram os brasileiros – mais uma vez, evoca-se um termo médico. Pesquisador vinculado a uma prestigiada instituição, Bonelli tem autoridade sobre o assunto, é um “*expert*” apto a conferir fidedignidade e credibilidade ao discurso em

⁷ Jargão que indica o custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada (BUCHANAN, 2008). Ao dizer que a maioria dos brasileiros não tem ideia do que seja custo de oportunidade, o repórter está afirmando que essas pessoas não sabem que a renúncia a um trabalho até pode não estar diretamente relacionada a prejuízos imediatos, mas certamente representa a perda de possíveis ganhos que poderiam ser auferidos caso este mesmo trabalho tivesse sido aceito.

construção – não é todo mundo que pode falar qualquer coisa em qualquer momento, ou, seja há uma ordem discursiva a ser respeitada (FOUCAULT, 2012).

Em suma, o início da reportagem consiste em uma espécie de diagnóstico. Conclui de antemão que o Brasil é o lugar da improdutividade, da cultura do ócio, atributos que apontam para um quadro patológico nacionalmente generalizado. Historicamente, porém, há interpretações que consideram não a falta de vontade de trabalhar, mas o seu antípoda, o culto exacerbado ao trabalho, uma doença. No final do século XIX, LAFARGUE (2003) denunciava que o “dogma do trabalho” servia a ideais burgueses de dominação. Quem o amava, segundo o autor, era o camponês-proprietário e o pequeno-burguês comerciante. O pobre (trabalhador) sempre preferiu retirar da terra seu sustento e viver com pouco, mas apreciando outras dimensões da vida. Com o advento da modernidade, entretanto, o endeusamento do trabalho foi sendo absorvido também pelo proletariado, que passou a vislumbrar a vida apenas pela ótica da produção. É nesse sentido que LAFARGUE (2003) advoga pela redução das jornadas de trabalho, visando dotar as pessoas de tempo livre, a fim de que proclamem o direito à preguiça.

3.1.3 Improdutividade em dados

The Economist apresenta a improdutividade do trabalhador brasileiro por meio de termos peculiares ao campo das Ciências Econômicas, bem como pela quantificação e comparação com outras economias emergentes. Relata o repórter que a produtividade⁸ do brasileiro cresceu um pouco nas décadas de 1960 e 1970, época que coincide com o final do período desenvolvimentista e início da ditadura militar, mas a curva de crescimento, porém, não é significativa e a partir da década de 1980 a produtividade mantém momentos de oscilação mínima. Ao mesmo tempo, outros países emergentes, especialmente Coréia do Sul, Chile e México, apresentam crescimento de produtividade. Além disso, a produtividade total do fator, dimensão que mede a eficiência com a qual capital e trabalho são utilizados, é menor agora do que foi em 1960 – ou seja, o Brasil estaria desperdiçando o potencial de geração de riqueza tanto do capital acumulado quanto da força de trabalho.

Citando dados de uma empresa de consultoria, a revista relata que a produtividade do trabalho foi responsável por 40% do crescimento do PIB do Brasil entre 1990 e 2012, em

⁸ A produtividade do trabalho de que trata a revista é medida em função do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) por trabalhador empregado.

comparação com 91% na China e 67% na Índia. A expansão da força de trabalho, “resultado da demografia favorável”, formalização e baixo desemprego, também são apresentados como fatores responsáveis para o crescimento da economia brasileira, que, entretanto, não aparenta ser sustentável. Remetendo à análise do professor Bonelli, a revista prevê que a influência da produtividade no crescimento do PIB será de 1% ao ano na próxima década. Dadas as premissas, é emitida a proposição vital de um silogismo: “Para que a economia cresça mais do que a atual taxa de 2% ou menos ao ano, os brasileiros terão que se tornar mais produtivos”.

3.1.4 Origens da doença

Sete aspectos são apontados como causas da doença da improdutividade: baixo investimento em infraestrutura; baixa capacidade de inovação; Educação ruim; incompetência; conjuntura fiscal desfavorável; protecionismo econômico e uma tradição sociocultural que privilegia o amadorismo em detrimento do profissionalismo nos negócios. *The Economist* argumenta que o Brasil investe apenas 2,2% do PIB em infraestrutura, taxa abaixo da média mundial, que é de 5,1%. São citados dados de registros de patentes para argumentar que o país não investe em inovação. O mesmo ocorre com a Educação, cuja qualidade é ainda sofrível – alunos brasileiros são os que têm as piores notas em testes padronizados: “O senhor Watkins reclama que os seus churrasqueiros de 18 anos de idade têm as mesmas habilidades que adolescentes americanos de 14 anos” (THE ECONOMIST, 2014 a).

A improdutividade estaria, assim, enraizada na cultura, contaminando o restante do organismo social, que apresenta sintomas indesejáveis em diferentes áreas (Educação e Inovação são os principais exemplos), e prejudicando, de forma direta, a produção, ou seja, impondo limites para a livre circulação e reprodução do capital.

Com uma educação pífia, com pessoas mal formadas, em um contexto de baixa inovação, a incompetência surge como uma consequência natural: “[...] muitas empresas brasileiras são improdutivas porque são mal gerenciadas” (Ibid.). Neste excerto, em que se destaca o papel da gerência no negócio capitalista, fica evidente o papel reservado ao trabalhador: o de fornecedor acéfalo de força de trabalho. Se este trabalhador produz a contento, é porque, então, é bem gerenciado por sua chefia, e não porque é dotado de qualificação, inteligência, compromisso ou porque, em conjunto com os seus companheiros de labuta, consegue superar os diferentes desafios inerentes aos processos produtivos. A eficiência advém apenas da administração, da gestão. Essa é uma visão autoritária sobre o

trabalhador, que pressupõe a sua vassalagem, sua submissão alienada à liderança patronal, posicionamento que remete às fases intermediárias do industrialismo europeu, mais especificamente à noção de gerência científica, movimento iniciado por Frederick Winslow Taylor.

O taylorismo desconsidera os aspectos humanos (sociais e psicológicos) na relação homem-trabalho, evidenciando condições sociais antagônicas. O que interessa são os melhores resultados para o capital, e não o bem estar dos trabalhadores (BRAVERMAN, 1987). Reduzido a um instrumento de produção, esse trabalhador não tem nome, sentimentos, só precisa trabalhar, tal qual as máquinas das linhas de montagem, das quais se exige cada vez mais produtividade. Esse raciocínio pressupõe que as coisas, trabalhadores ou máquinas, que não são produtivas são patológicas, falhas sistêmicas que necessitam ser corrigidas.

Para a *The Economist*, um potencializador dessa doença chamada improdutividade é a conjuntura fiscal. Devido ao “tratamento preferencial” dado pelo governo, pequenas e médias empresas saem da irregularidade, mas são desestimuladas a crescer (para não perder benefícios fiscais). Assim, há a necessidade de um menor número de trabalhadores e não há vantagens significativas para o aumento da produção. Mas não é só. Há ainda outro componente cultural que amarra essas empresas ao amadorismo e à ineficiência. Afirma a revista que muitos empreendedores contratam amigos ou parentes de confiança em vez de desconhecidos melhor qualificados “para limitarem o risco de serem roubados ou processados por funcionários, uma vez que notoriamente as leis trabalhistas são mais favoráveis ao trabalhador”. Aí fica explícito outro preconceito: brasileiros não seriam confiáveis, pois são desonestos ou traiçoeiros com os patrões.

3.1.5 A prescrição

A solução para as mazelas do Brasil, que encontram abrigo na improdutividade, é apresentada ao final da matéria e consiste na adoção da privatização, da desregulamentação e da liberalização, medidas que remetem a uma postura macroeconômica diferente da heterodoxia keynesiana experimentada pelo Brasil na última década. Por isso, as premissas do pensamento neoliberal são envoltas em uma redoma de positividade e os posicionamentos contrários são negativados. Momentos de crescimento econômico ou de incremento na produtividade do trabalho (positivos) são associados à adoção de medidas ou reformas liberais, ao passo em que o “nacionalismo intervencionista” é atrelado a coisas maléficas. Assim, lado a lado, o “esquerdista” Partido dos Trabalhadores, no poder desde 2003, e a

autoritária Ditadura Militar (1964-1985), responsáveis por “subsídios arrogantes”, regulamentações e protecionismos, representam lógica contrária ao crescimento (algo ruim).

The Economist levanta a bandeira do estado mínimo, apresenta a liberalização como a cura da improdutividade (dos males do Brasil). Pressupõe que em um país com a economia desregulamentada e livre, com maior competição, os trabalhadores produzem mais, são mais eficientes, porém, passa ao largo da discussão sobre os efeitos colaterais das próprias defesas. O importante parece ser reforçar a ideia da prescrição tripla (privatização, desregulamentação e liberalização). É nesse sentido que cita os exemplos “salutares” do Agronegócio e do Sistema Financeiro, setores da economia brasileira que, ao serem “deixados livres”, passaram a obter ótimos resultados.

Do texto, depreende-se que qualquer possibilidade de regulação é negativa, como fica evidente no enunciado “não dá para relaxar com essa ameaça à porta” e explícito na expressão “regulamentação arrogante” (Ibid.). O atual governo representa um risco às intenções liberalizantes, logo, é o inimigo a ser combatido. Outro problema à vista é o fato de a população em idade produtiva estar envelhecendo – mais um motivo para jovens e adultos em idade produtiva produzirem mais, caso o país queira continuar crescendo.

Apresentam-se dois caminhos, continuar crescendo ou não, mas apenas o primeiro é viável. Não há outra possibilidade a ser considerada. É preciso crescer e, para crescer, é preciso produzir, e os personagens principais dessa produção são os trabalhadores, que precisam produzir mais. Ocorre que essa argumentação reifica os trabalhadores. Estes são como coisas, que precisam ser programadas para funcionar de um jeito apropriado, ou como o gado, que precisa ser conduzido por um pastor. Não são sujeitos da própria história e são convocados à atuação social com apenas uma finalidade: trabalhar mais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recorrer ao antigo estereótipo do brasileiro preguiçoso, *The Economist* parece não querer discutir a improdutividade laboral de forma propriamente dita, mas reaproximar o Brasil do ideário neoliberal. Item periférico e afônico na arquitetura discursiva da revista, o trabalhador brasileiro é vislumbrado em dois momentos: no presente e no futuro, sendo que o atual estágio é muito negativo, doentio, pois este sujeito é improdutivo – e isso não se questiona, é uma pré-condição, uma característica fundante. No entanto, em um tempo vindouro, esse ser pode, aliás, deve – e nisso consiste o autoritarismo dessa prescrição – se tornar produtivo (no sentido do termo dado pelo capital). Em outras palavras, desde que o país

tenha a habilidade de construir um ambiente macroeconômico liberalizado, esse trabalhador produzirá mais, fará crescer o ritmo de acumulação do capital, o que é extremamente positivo – para o capital, e não para o trabalhador. Essa obrigação de conversão à produtividade – como se o brasileiro já não fosse influenciado por essa lógica – não é apenas uma receita para o crescimento econômico, mas também o único caminho “correto” a ser trilhado – caso não seja, há uma punição natural, uma maldição, chamada por *The Economist* de “sono ainda mais profundo”. Ao final e ao cabo, desse embate dialógico, em que a voz monológica da revista se sobressai, fica assegurada a circulação e o reforço, na ideologia do cotidiano, de um estereótipo antigo que vem a calhar aos interesses do capital e que interfere na constituição de uma consciência de si dos trabalhadores brasileiros, bem como na imagem que os outros (o mundo) têm deles (de nós).

A construção de uma imagem externa não parte do próprio sujeito, mas é dada pelo outro, é um ato fortemente ético e, no caso do discurso da *The Economist*, essa atividade estética e política tem a intenção de, em benefício do capital, aumentar os níveis de exploração do trabalhador. Há que se considerar, entretanto, que embora represente um discurso forte, talvez até hegemônico sobre o “ser” do trabalhador brasileiro, e apesar de todo o autoritarismo contido nela, esta visão não é única. Há outros construtores da imagem externa do brasileiro, outros definidores estéticos, outras visões, por meio das quais ele também se constitui e assimila à sua identidade. Nesse sentido, torna-se urgente o combate à visão colonizadora e redutora desse personagem, posição que tenta relegá-lo à condição de coadjuvante na narrativa em que ele é, por direito, protagonista. É preciso evitar que se cristalize a vontade de dominação neoliberal sobre os corpos e as consciências trabalhadoras, vontade de poder que, ao recriar certa imagem do trabalhador, pode, na prática, encarcerá-lo ainda mais na lógica antedada à revelia pelo capital e orientada para a unidirecionalidade do crescimento econômico, da exploração do trabalho alheio. É necessário reagir, dialogicamente, contra esse discurso, a fim de preservar a construção de nossa própria identidade a partir de concepções e valores que nos interessem.

5. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.

_____; VOLOSHINOV, Valentín. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 16. ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAUMAN, Zigmunt. **Sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth. (Org). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. Editora Contexto: São Paulo, 2014, p. 9-31.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BUCHANAN, James M. Opportunity cost. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Orgs.) **The New Palgrave Dictionary of Economics Online**. 2. ed. Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_O000029>. Acesso em: 22 jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 22.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

OBERHOLZER-GEE, Felix; ANAND, Bharat N.; GOMEZ, Lizzie. The Economist. **Harvard Business School Case 710-441**, mar. 2010. Disponível em <<http://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=38580>>. Acesso em 07 mai. 2015.

MANUAL MERCK. **Biblioteca médica online: edição de saúde para a família**. Portugal: MSD, 2002. Disponível em: <<http://www.manualmerck.net/?id=103>>. Acesso em 19 set. 2014.

MOLINA, Matías M. Tempos nunca vistos. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 dez. 2013. Suplemento Eu & Fim de Semana. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed777_tempos_nunca_vistos-2/>. Acesso em 29 set. 2014.

THE ECONOMIST GROUP. Disponível em: <<http://www.economistgroup.com/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

THE ECONOMIST. **Our expiring commercial treaty with the Brazils**. The Economist, Londres, 02 set. 1843. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1857194>>. Acesso em: 29 mai. 2015

_____. **Brazil takes off**. The Economist, Londres, 12 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso: em 06 out. 2014.

_____. **A breakdown of trust**. The Economist, Londres, 06 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21567942-if-she-wants-second-term-dilma-rousseff-should-get-new-economic-team-breakdown-trust>>. Acesso em 10 out. 2014.

_____ a. **The 50-year snooze.** The Economist, São Paulo, 19 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/americas/21600983-brazilian-workers-are-gloriously-unproductive-economy-grow-they-must-snap-out>>. Acesso em: 18 set. 2014

_____ b. **Why Brazil needs change.** The Economist, Londres, 18 out. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21625780-voters-should-ditch-dilma-rousseff-and-elect-cio-neves-why-brazil-needs-change>>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____ c. **A riven country.** The Economist, São Paulo, 27 out. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/americasview/2014/10/brazils-presidential-election-2>>. Acesso em 07 nov. 2014.